

Sarney sugere que os políticos esqueçam a eleição municipal

O presidente do PDS, senador José Sarney, condenou ontem no Rio a proposta de adiamento das eleições municipais por apenas um ano, exortou a classe política a assumir a idéia de que é impossível realizá-las este ano e criticou as oposições "por estarem dando mais importância ao problema eleitoral do que ao institucional". Sarney anunciou que a solução para o impasse deverá surgir "dentro de uma semana", mas descartou a possibilidade de intervenção nos municípios:

"Existem várias alternativas, a principal das quais me parece a Emenda Anísio de Souza, já em tramitação no Congresso. Outra proposta seria o adiamento por um ano, e, finalmente, há a hipótese da intervenção, que considero terrível".

O senador lamentou a ênfase que os partidos oposicionistas vêm dando que, no seu entender, "a questão institucional é que deve preocupar, hoje, a sociedade civil".

"Estamos saindo de um período de exceção — disse — e a democracia só se fortalecerá se houver partidos organizados. Esta é a fórmula mais adequada de vencermos as constantes crises institucionais".

Entende o presidente do PDS que de nada adianta insistir na realização de eleições agora "se os próprios partidos confessam suas dificuldades de organização". E adverte que "essa ansiedade pelas eleições pode comprometer a organização partidária, que é o ponto mais importante no atual estágio de abertura". Ele também não está convencido de que as legendas estarão consolidadas daqui a um ano e por isso sugere à classe política que passe a concentrar-se no pleito direto para governador:

"Acho que todos nós devemos esquecer por uns tempos a eleição municipal e tratar de investir em 1982, para que as eleições gerais sejam as mais legítimas e traduzam os verdadeiros anseios da sociedade. Não vejo porque o adiamento do pleito municipal por dois anos deva ser encarado como um retrocesso. Na verdade, representaria a melhor fórmula para dar tempo aos partidos de se estruturarem em todo o país."

Sarney assegura que não passou

de especulação a retirada da emenda que restabelece eleições diretas para os governos dos Estados, explicando:

"Estamos vivendo um processo de abertura e uma de suas etapas é justamente o restabelecimento do pleito direto para governadores. Foi reconhecendo isso, aliás, que o Governo federal tomou a iniciativa de encaminhar emenda ao Congresso com aquele objetivo".

Ele está convencido de que "não há clima no Congresso" para retirar a emenda, porque entre os parlamentares eleições diretas em 1982".

Após se declarar otimista quanto à possibilidade de se chegar, no âmbito do Parlamento, a um entendimento sobre a emenda do deputado Flávio Marçílio, que restabelece prerrogativas do Congresso, o senador José Sarney disse que esta e outras medidas liberalizantes, como as eleições diretas, "não encerram o ciclo de abertura" do Governo.

"Ainda há outras questões a serem discutidas, como, por exemplo, a reforma constitucional destinada a uniformizar a Constituição, depois das modificações que vem sofrendo, e a reforma da Lei Falcão. A abertura não está congelada, absolutamente: estamos vivendo um clima de amplo debate no país, com a sociedade se organizando em grupos de pressão, para fazer prevalecer seus pontos-de-vista. As greves e as reivindicações sociais se inserem neste processo, que, naturalmente, está sendo marcado por alguns traumas, e é bom que assim seja. Pior seria uma sociedade apática, alheia à participação e infensa a manifestações".